



Eixo 1 – Não deixar ninguém pra trás

Modalidade: Trabalho completo

Literatura negra no processo educacional: um estudo sobre a ressignificação de discursos e a educação como prática libertadora

Black literature in the educational process: a study on the re-signification of discourses and education as a liberating practice

Natália Fernanda Santos de Oliveira – Universidade de São Paulo (USP)

Francisco Carlos Paletta – Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre a construção do sistema educacional brasileiro, o incentivo à educação como prática de liberdade na formação dos indivíduos e a relação do consumo da literatura negra nesse processo. Tal proposta se mostra relevante para refletir sobre como operam as relações de poder institucionalizadas, os moldes do sistema educacional em meio às desigualdades e a importância da valorização das múltiplas vozes para estimular as identidades e representatividade. Pretende-se discutir a importância do incentivo à leitura com uma pesquisa qualitativa sobre o consumo da literatura negra no ambiente universitário para fortalecer a educação antirracista e trazer novas narrativas.

Palavras-chave: Educação. Literatura negra. Desigualdade social.

Abstract: This paper aims to reflect on the construction of the Brazilian educational system, the encouragement of education as a practice of freedom in the formation of individuals and the relationship of the consumption of black literature. Such a proposal is relevant to reflect on how institutionalized power relations are, the molds of the educational system amidst inequalities, and the importance of valuing multiple voices to stimulate identities and representativeness. In addition, we intend to discuss the importance of encouraging reading with qualitative research on the consumption of black literature in the university place. Such practices can be used to encourage anti-racist education and bring new narratives.

Keywords: Education. Black literature. Social inequality.



1 INTRODUÇÃO

A importância da educação na vida das pessoas vai muito além da construção de saberes. Ela estimula a transformação social através do poder que o conhecimento proporciona, oferecendo aos indivíduos oportunidades de escolha, questionamento e argumentação sustentados pelo pensamento crítico, expandindo a construção do seu próprio saber.

Considerando que vivemos em um contexto de desigualdade social que proporciona diferentes caminhos aos indivíduos, a educação se torna uma ferramenta poderosa para reforçar a autoestima, ampliar as possibilidades e transformar a própria jornada.

O seguinte trabalho visa refletir sobre como a educação atua na construção identitária de pessoas negras e sua corporeidade, interseccionada pelos aspectos de raça e desigualdades no contexto histórico-social. Para isso, analisaremos o significado do usuário do sistema educacional, especificamente no âmbito da negritude, e a importância da literatura negra na formação e ressignificação de olhares sobre seu lugar no mundo.

Ao analisar como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e as desigualdades são construídas e sustentadas socialmente ao longo da história, percebemos como o imaginário social pode determinar e influir nas trajetórias pessoais de construção de identidades e percepção sobre si mesmo. A falta de reconhecimento de pessoas negras sobre a sua própria identidade e ancestralidade, reforçada pelo pensamento racista, muitas vezes as impede de contemplarem verdadeiramente os seus traços, sua capacidade crítica, sua força ancestral e ocupar locais que são seus por direito.

Com a ascensão da Internet, estratégias de inclusão na educação e o levante de pautas sociais fundamentais, vemos a mudança progressiva desse cenário através do diálogo e troca de conhecimento. Nesse trabalho, empenhamo-nos em compreender como a educação enquanto prática libertadora e a literatura negra incentivadas no ensino podem atuar na ressignificação da trajetória e do imaginário social sobre tais corpos.



2 METODOLOGIA

A seguinte pesquisa de caráter qualitativo tem como objetivo analisar a importância da leitura, especificamente da literatura negra, no processo educacional e os reflexos no ambiente universitário. Para isso, construiu-se um embasamento bibliográfico com base teórica metodológica em três linhas centrais: os estudos de usuário, apresentados por DIAS e PIRES (2004), educação (FREIRE, 1981; HOOKS, 1994, 2013) e negritude (ADICHIE, 2018; ALMEIDA, 2018; GONZALEZ, 1984; RIBEIRO, 2017). A partir dessas bibliografias, foram analisados elementos que fundamentam o pensamento crítico sobre a educação no Brasil e o incentivo à leitura na prática antirracista para a formação educacional.

De acordo com hooks (2003, p.138), “a educação tem o poder de afirmar a autoestima de estudantes negros/de cor quando os educadores são antirracistas em palavras e ações”. Compreende-se, dessa forma, a intrínseca relação entre a educação e o processo de autoconhecimento e autoestima de pessoas negras, visto que, num contexto histórico, pessoas negras sempre foram alvo de violência, exclusão e apagamento de suas próprias identidades.

A educação como prática libertadora atua na valorização dos corpos, identidades e experiências individuais para o incentivo do pensamento crítico, despertando também o poder de questionamento contra os lugares de fala impostos socialmente (RIBEIRO, 2017) e a possibilidade de transformação através do discurso, de modo a desnaturalizar as opressões e subalternização que pessoas negras sofrem diante do racismo estrutural.

Com o apagamento de identidades no período colonial, pessoas negras são colocadas num lugar de inferiorização imposto pelo colonizador branco europeu, que se perpetua até hoje através do racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira. Nesse cenário, a educação surge como questionadora da manutenção do sistema escravocrata que insiste no silenciamento e subalternização do corpo negro, abrindo possibilidades para a ressignificação da história sob a narrativa de resistência, luta e resgate ancestral do povo negro. A literatura negra, portanto, reforça o protagonismo produzindo por e para pessoas negras, atuando na libertação do olhar estigmatizador do preconceito.



2.1 Recorte metodológico e técnica de pesquisa

O trabalho proposto se constituiu por meio de análises bibliográficas para definição teórica de argumentação e pela aplicação de uma pesquisa via formulário divulgada nas redes sociais com o intuito de atingir o público almejado para o desenvolvimento do tema – estudantes de universidades públicas ou privadas – e medir o consumo da literatura negra no ambiente universitário. Sendo assim, sob o aspecto quantitativo, foi feita a análise dos dados coletados e transformados em gráficos para facilitar a visualização. A metodologia aplicada considera a importância da educação, dos discursos e a formação de identidades como uma prática social que está sempre em movimento. Ou seja, a linguagem em ação e a história como fator determinante para compreensão do contexto atual.

De acordo com o que já foi exposto, o objeto empírico deste trabalho se deu pela análise de alunos universitários enquanto usuários das bibliotecas para o consumo de livros que abordam a temática da negritude, de forma combativa frente às opressões de etnia, classe e gênero. Sendo assim, a aplicação da pesquisa serve para compreender os diferentes contextos e realidades do público estudado e o incentivo à educação ao longo da jornada de vida correlacionados à literatura, e, mais especificamente, à literatura negra, sendo capaz de construir novos olhares.

3 O ESTUDO DE USUÁRIO PARA COMPREENSÃO DO INDIVÍDUO

Quando falamos sobre estudo de usuário, é necessário pensar a partir da complexidade do termo. A sociedade contemporânea pautada na informação e no consumo leva os indivíduos, mais do que nunca, a se tornarem usuários de algo – seja um serviço, produto, ambiente e/ou qualquer outra coisa passível de ser consumida.

A informação é uma ferramenta poderosa e, através da pesquisa, é possível aprofundar-se nas características dos usuários para oferecer soluções às suas necessidades considerando suas complexidades e singularidade. Para isso, as autoras Maria Matilde Kronka Dias e Daniela Pires em “Usos e Usuários da Informação” explicam que:

A compreensão das necessidades de cada indivíduo em relação à informação é complexa e se modifica constantemente. O conhecimento do usuário é a base da orientação e da concepção dos serviços de informação, considerando

suas características, atitudes, necessidades e demandas. Esses serviços devem ser planejados de acordo com os usuários e a comunidade a ser atingida, com a natureza de suas necessidades de informação e seus padrões de comportamento na busca e no uso da informação, de modo a maximizar a eficiência de tais serviços. (DIAS e PIRES, 2004, p. 7)

Considerando que os estudos de usuário se conectam diretamente aos princípios da administração – pela importância do planejamento e estudos comportamentais –, a personalização se torna algo fundamental para atingir o objetivo de solucionar problemas possuindo pleno conhecimento de quem usufrui dos serviços ou produtos. Os usuários são a razão de existir dos serviços e, por isso, devem estar no centro das ações.

Em um contexto histórico, o estudo de usuário foi um termo cunhado no final do século XX apresentados na Royal Society Conference, onde surgiram as primeiras pesquisas sobre o tema. Para materialização desses estudos, é possível seguir pela abordagem tradicional – direcionado pela informação – ou alternativa, que considera a ótica do usuário e valorizam a observação do ser humano. Diante da abordagem alternativa, Dias e Pires (2004) justificam que:

Enquanto a maioria dos estudos de usuários são centrados no sistema, em base sociológica, observando grupos de usuários [...], as pesquisas atuais estão centradas no indivíduo. Parte-se de uma perspectiva cognitiva no sentido de interpretar necessidades de informação tanto intelectuais como sociológicas. Análises estão sendo feitas sobre as características únicas de cada usuário buscando chegar as percepções comuns a maioria deles. (DIAS E PIRES, 2004)

Dessa forma, evidencia-se cada vez mais a importância do olhar individual e personalizado para cada usuário, de forma a tornar o estudo mais assertivo e eficiente diante da concorrência em produtos e serviços. Nesse contexto, o usuário é visto como parte do todo e fator crucial para a existência dos produtos e serviços oferecidos, influenciando e sendo influenciado pelo sistema instituído. A informação, além de ser fonte de consumo na sociedade globalizada e hiper conectada em que vivemos, também é uma peça-chave para a compreensão dos diferentes usuários e contextos que estão inseridos.

Segundo Dias e Pires (2004), as etapas do estudo de usuário se dividem em identificar os usuários e usos da informação; descrever a população e o ambiente; identificar e avaliar as necessidades e implementar soluções. Através desses passos, desenvolvem-se estratégias de análise e classificação de público para orientar os



estudos, respondendo às principais questões-problema. O contato com as pessoas nesse processo é fundamental e pode ser feito através de entrevistas, questionários, técnicas de observação e pesquisas de opinião para levantar dados quantitativos e qualitativos.

Após fazer a coleta de dados, parte-se para o processo de análise, apuração de resultados e desenvolvimento de possíveis soluções. Sob a perspectiva da comunicação, é necessário estar atento(a) às barreiras comunicacionais e ruídos que podem surgir, de acordo com a estratégia de estudo escolhida. Dentre as barreiras comunicacionais, podem ser desde físicas, tecnológicas, linguísticas, até econômicas ou informacionais. Isso porque os diferentes contextos e realidades dos públicos devem ser levados em consideração para aplicação da pesquisa.

Sendo assim, para desenvolver qualquer tipo de ação, serviço ou produto, é necessário definir e estudar os usuários, pautando-se em pesquisas que proporcionem informações verídicas e úteis para solução de demandas, necessidades e problemas. Ao identificar determinada situação passível de ser resolvida, o processo de conhecimento e informação partindo do indivíduo abre espaço para o desenvolvimento da empatia, de colocar-se no lugar do próximo e assim, observando o mundo sob a lente do outro, pode-se pensar em respostas eficientes para situações complexas.

4 O CENÁRIO EDUCACIONAL NO BRASIL

O cenário educacional no Brasil, considerando toda a amplitude e vasta dimensão territorial, ainda é pautado pela desigualdade e falta de acesso. Segundo pesquisa da UNICEF¹, dois milhões de crianças e adolescentes entre 11 e 19 anos não estão frequentando a escola no país, justificado por problemas que não deveriam ser preocupações de crianças e jovens nessa idade – 48% afirmaram que deixaram a escola porque tinham que trabalhar.

Nesse contexto, é importante refletir sobre a estrutura de poder brasileira, que sempre fora pautada do topo para a base, de forma que privilegiasse algumas pessoas em detrimento de outras e reservasse as decisões importantes sempre às mãos de

¹ Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.



poucos. Enquanto 1% da população brasileira detém 50% da riqueza² do país, famílias carentes espalhadas por todo o território nacional aderem à questão do trabalho como sobrevivência. Por isso, antes de pensar em estudar, o ser humano demanda que suas necessidades básicas sejam atendidas, como o direito à alimentação, saneamento básico, moradia, segurança, educação e afins.

Mesmo que o trabalho infantil seja proibido para crianças menores de 14 anos perante a Constituição Federal – sendo permitido apenas em condições de Jovem Aprendiz com todos os direitos assegurados –, essa ainda é a realidade de muitas crianças. Sendo assim, o Estado deve manter o compromisso em oferecer condições para que as famílias tenham seus direitos básicos atendidos, para então proporcionarem um lar mais saudável às crianças e ampliarem as oportunidades de futuro para todos. No artigo 227 da Constituição Federal, declara-se que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Dessa forma, assim como é dever da família e da sociedade, o Estado assume também o seu dever para com a população em assegurar todas as condições básicas às crianças, desde a garantia de acesso até a segurança contra qualquer violência que possam sofrer. Nessa perspectiva, o levante sobre todas as questões em torno da proibição do trabalho infantil e do incentivo à educação devem ser pauta central da discussão, sendo defendido pelos diferentes atores sociais para que as manutenções do poder e privilégios na sociedade sejam substituídas pela igualdade de oportunidades.

Reiterando a importância da participação estatal na manutenção da educação, o Brasil assumiu um compromisso com a ONU a partir da criação da Agenda 2030, um plano global cujo objetivo é tornar o mundo em um lugar melhor para todas as nações até 2030. São 17 princípios instituídos, envolvendo, entre eles, o compromisso com a educação de qualidade e redução das desigualdades – os quais serão centrais para as reflexões deste trabalho. Referente à educação, o objetivo está em “garantir o acesso à

² Desigualdade aumenta no Brasil, e 1% da população concentra 50% da riqueza. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/24/distribuicao-riqueza-nacional---brasil.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.



educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015), de forma que todas as crianças e jovens completem, no mínimo, o grau básico de escolaridade. Em relação à redução de desigualdades, propõe-se que “até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional” (ONU, 2015).

Segundo a Fundação Roberto Marinho ³em matéria divulgada em 8 de setembro de 2022, considerado o Dia da Alfabetização, existem 11 milhões de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas no Brasil. Outro dado alarmante é que, entre 2019 e 2021, houve um crescimento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos que não sabiam ler e escrever no Brasil – um salto de 1,4 milhão para 2,4 milhões. A desigualdade presente nessa realidade também é expressa por meio dos dados na pesquisa, evidenciando que crianças residentes em domicílios mais pobres que não sabiam ler e escrever registram um aumento percentual de 33,6% (2019) para 51,0%, (2021). Fazendo um recorte racial, cerca de 28,8% crianças pretas e 28,2% crianças pardas não sabiam ler nem escrever. Em 2021, esse número foi para 47,4% e 44,5%, respectivamente.

Diante disso, compreende-se que a desigualdade social é um obstáculo enraizado nas estruturas do país e ao redor do mundo na história da civilização humana, que resulta em adversidades maiores, como a oportunidade de obter um estudo de qualidade para as crianças brasileiras. Ao passo que a educação é desigual, as vidas e identidades se tornam também desiguais, proporcionando chances bem diferentes para as pessoas.

A educação tem grande participação na formação das pessoas, que vai muito além do letramento. Paulo Freire evidencia em sua obra “A importância do ato de ler” (1981) o valor da experiência individual e da construção da leitura prévia do mundo para a educação. O processo de alfabetização e leitura em diversos sistemas educacionais ainda é pautado na submissão pelo sistema professor – aluno, no qual existe a “superioridade” de um sobre o outro. Para isso, é necessário que o processo de “leitura” do mundo, antes da leitura palavra, seja valorizado. Dito isto, o autor nos faz refletir que:

³ Dia Mundial da Alfabetização: cresce 66,3% o número de crianças que não sabem ler nem escrever. Disponível em: <<https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/dia-mundial-da-alfabetizacao-cresce-numero-de-criancas-analfabetas>>. Acesso em 27 de maio de 2023.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1981, p.9)

Quando ocorre a desvalorização da bagagem de vida dos alunos, sucede o que Freire denomina como “educação bancária” – situação em que o professor enxerga o aluno como um banco para simplesmente depositar conhecimento. Levando em consideração a defasagem do sistema de ensino do país, a evasão escolar se torna uma realidade. Segundo pesquisa sobre o sucateamento da educação paulista registrado pela USP⁴, a precarização do ensino público em São Paulo provém de um desgaste histórico marcado pela aprovação automática dos alunos, falta de infraestrutura, baixos salários aos professores e falta de programas de qualificação. Tal atitude de irresponsabilidade pode ser vista também no ensino para adultos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) por falta de investimentos, que caíram de quase R\$ 1,5 bilhão em 2012 para R\$ 38,9 milhões em 2022, conforme registrado pela pesquisa coordenada pelo CENPEQ⁵ em parceria com a Ação Educativa e o Instituto Paulo Freire.

Entretanto, quando há espaço para existir um processo educacional que valorize as ideias, as diferenças e as identidades que cada aluno(a) traz consigo, é possível fomentar a educação como um processo libertador.

Ao longo de toda a sua jornada como educador, Paulo Freire escreveu sobre a importância de ensinar os alunos a lerem o mundo para então alcançarem a compreensão da palavra. Somente com um processo humanizado e que valorize as singularidades, seria possível ir além das ideologias e do ensino desprovido de reflexões profundas para gerar a transformação do indivíduo e da sociedade de modo geral.

Compactuando com esse pensamento, bell hooks (1952-2021), importante autora, professora, teórica feminista e ativista antirracista estadunidense, traz ao longo de diversas obras a pauta da educação como prática de liberdade, com base nos ditos de Paulo Freire.

⁴ O Sucateamento da Educação Paulista. Disponível em: <<https://sites.usp.br/tecnologiaseducom/acao-interacao-o-sucateamento-da-educacao-paulista/>>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

⁵ Relatório revela sucateamento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Disponível em: <<https://jornaldiadia.com.br/relatorio-revela-sucateamento-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil/>>. Acesso em 27 de maio de 2023.



Para alcançar a humanização no ensino e a valorização da educação como prática libertadora, bell hooks trouxe consigo a experiência individual no ensino para transmitir aos alunos e gerar um ambiente acolhedor, capaz de valorizar as diferentes ideias, vozes e trajetórias de cada aluno(a) para que, juntas, incentivem a transformação. Ao relacionar as vozes e pensamentos individuais para que falem em uníssono, nos tornamos conscientes uns dos outros, abrindo espaço para enxergar através da lente do próximo. Nessa perspectiva, bell hooks afirma em “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade”:

“A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade.” (HOOKS, 1994, p. 273)

A possibilidade de cenários diversos está imbricada na resolução de problemas enraizados na sociedade brasileira, muitos deles relacionados ao poder. Como reflete Michael Foucault em *Microfísica do Poder* (1978), o poder é uma prática social construída ao longo da história e é detido por uma classe dominante definida por seus interesses. Presumindo que o poder está diretamente relacionado aos indivíduos que possuem notoriedade no meio social, sendo constantemente reforçados por instrumentos como a mídia, aqueles que se mostram detentores do saber, em tese, têm mais poder. Este pode ser materializado em diferentes formas e contextos, seja por meio da lei ou das instituições sociais – segundo conceito de Max Weber, que são organizações que exercem autoridade na sociedade e moldam os papéis sociais ou do discurso.

Sobre os discursos, é importante reforçar que estes são construídos socialmente de acordo com a soma das diferentes visões de mundo. As práticas discursivas e produções de sentido partem, portanto, da construção social a partir das diferentes identidades e características que nos tornam únicos(as), somando-se a outros grupos que compactuam com os mesmos pensamentos e, assim, formam a cultura. Entretanto, sob a perspectiva do poder e da comunicação, é necessário questionar quais discursos são veiculados e quem são os detentores destes saberes?

A partir do momento em que se está inserido(a) em uma sociedade desigual que não garante acesso à educação de qualidade a todas as pessoas, é importante refletir



sobre quais vozes serão ouvidas para que aconteçam mudanças sociais realmente efetivas, dando chances e esperanças de ascensão para todos(as).

A educação como processo libertador está atrelada a desamararrar-se das limitações impostas pelas desigualdades, pelo ensino bancário e buscar seus próprios caminhos contando com a qualidade no ensino e o suporte educacional necessários para que as oportunidades possam surgir.

Conhecimento é poder. Portanto, quando o processo educativo é moldado para fomentar o caráter crítico e político que está relacionado ao processo de aprendizado, é capaz de agregar poder ao cidadão a partir da possibilidade de pensamento crítico e questionar ideias.

Para estimular o aprendizado crítico e político, bell hooks nos ensina sobre a valorização do diálogo em sala, compreendendo que “cada aluno tem suas lembranças, sua família, sua religião, seus sentimentos, sua língua e sua cultura, que lhe dão uma voz característica. Podemos encarar essa experiência criticamente e ir além dela.” (HOOKS, 2013, p. 119)”. Por isso, mesmo sendo um caminho árduo, é necessário que existam mudanças profundas no sistema educacional, na cultura e nas relações de poder institucionalizadas no país para que a educação se torne uma prática verdadeiramente libertadora e inclusiva.

5 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NEGRA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Quando falamos sobre discursos, é relevante salientar quais vozes são evidenciadas na história. Chimamanda Ngozi Adichie, importante teórica feminista e escritora nigeriana, nos alertou em sua obra sobre o perigo de uma história única (2018) ao retratar a forma como nossos conhecimentos são construídos.

Historicamente, negros e indígenas sofreram com o apagamento de suas próprias narrativas ao terem suas terras invadidas, famílias separadas, nomes e religiões transformados de acordo com a cultura do homem branco, sendo privados do direito de voz. Com isso, caímos no limbo de considerar apenas a história contada por um dos lados – algo que, infelizmente, foi enraizado também no ensino brasileiro.

Nesse sentido, a obra de Chimamanda expõe não só a necessidade de valorizar essas vozes que foram apagadas ao longo da história, como nos instiga a investigar o



passado e refletir sobre o poder imbricado nessas relações, atuando constantemente na manutenção do silenciamento desses povos:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder (ADICHIE, 2018, p. 12)

Nesse sentido, os sistemas de compensação histórica que temos hoje são apenas uma das diversas ações afirmativas urgentes que precisam ser elaboradas em busca da reparação histórica de tantas pessoas que sofreram apenas por serem quem são. Por pertencerem a uma cultura diferente, com costumes, linguagens e características únicas.

Mesmo que o passado seja uma parte imodificável da história, é possível corrigir o presente para criar um futuro próspero, inclusivo e justo para as próximas gerações. Uma das formas de fazer um resgate histórico das vivências e discursos de pessoas que sempre foram silenciadas é dar o protagonismo e voz às mesmas, sendo possível concretizar essa ação através da literatura, Internet e outros espaços para falar sobre a negritude.

Vivemos em um mundo globalizado e hiper conectado, onde as distâncias são encurtadas e as informações são transmitidas em instantes ao redor de todo o mundo. Nessa perspectiva, o termo “Sociedade em Rede”, cunhado por Manuel Castells em 1996, ainda é atual, visto que com o advento da Internet e as novas tecnologias, somos uma sociedade global organizada por sistemas e tecnologias da informação que possibilitam o intercâmbio de ideias e culturas.

Um dos acontecimentos mais marcantes dos últimos anos que inflamaram o debate racial foi o assassinato de George Floyd⁶ por policiais brancos, ocorrido em maio de 2020, nos Estados Unidos. O mito do suposto fim da escravidão e do racismo ainda paira entre as sociedades, enquanto corpos negros continuam sendo exterminados. Essa é apenas uma das diversas situações de perigo e preconceito às quais os corpos negros são submetidos. No Brasil, onde o genocídio da população negra ocorre de forma velada,

⁶ Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 31 de outubro de 2022



conforme nos apresenta Abdias do Nascimento em sua obra “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado” (1978), pensar a educação em um país onde a cada 23 minutos um jovem negro é morto⁷ e a cada 4 horas um negro é morto pela polícia⁸ são pautas urgentes para se combater o genocídio negro e incentivar a presença de crianças, jovens e adultos em escolas – e não na mira da violência acobertada pelo Estado.

No contexto brasileiro, a arte, a música e o movimento negro atuaram – e ainda atuam – fortemente em denúncia contra o racismo e a violência aos quais os corpos negros são submetidos. Em 1994, Racionais trazia na música Capítulo 4, versículo 3, os dados no verso:

“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente” (RACIONAIS, 1994)

Ao incentivar a educação, a prática da leitura e desmantelarmos do perigo da história única, abrimos espaço para o resgate histórico e cultural das narrativas negras. Esse ponto fundamental demonstra tamanha importância da literatura negra, sobretudo em um país miscigenado de modo forçado e abarcado pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), que ainda existe e impera nas instituições sociais no Brasil e ao redor do mundo. A respeito do racismo, Lelia Gonzalez (1984) afirma em sua obra “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” que:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois 226 não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão [...]. Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente está falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na

⁷ Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil, denunciam entidades. Disponível em: <https://fenajud.org.br/?p=8060>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

⁸ Um negro é morto pela polícia a cada quatro horas, aponta levantamento. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/um-negro-e-morto-pela-policia-a-cada-quatro-horas-aponta-levantamento/>>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade.” (GONZALEZ, 1994, p. 227)

Assim sendo, a literatura negra, ao envolver a autoria de pessoas negras com temáticas sobre e para pessoas negras, incentiva a representatividade, o resgate e motivação para apropriar-se de seus próprios discursos e da memória ancestral, que sempre foram da população negra por direito.

Muitas das obras e autores(as) negros(as) brasileiros(as) citados não são apresentados no ensino público básico, podendo ser abordados no ensino superior – o que também nem sempre é uma realidade. Segundo pesquisa divulgada pelo IPEA ⁹em 2020, apesar do crescimento no número de pessoas negras cursando ensino superior, a desigualdade ainda é um fator dominante nessa conjuntura. Cerca de 18% dos jovens negros de 18 a 24 anos estão cursando universidade, em comparação ao salto de 36% de jovens brancos no ensino superior. Alguns dos obstáculos que resultam em índices como esses incluem as dificuldades de acesso à escola, necessidade de trabalhar, longas distâncias até a Universidade, o racismo, dentre outras. Na tentativa de diminuir as desigualdades no sistema, as ações afirmativas atuam no ingresso de negros em universidades, considerando o aumento em 205% com a Lei de Cotas¹⁰.

Diante dos desafios de acesso ao ensino fundamental – sobretudo no sistema público de educação – até a formação no ensino médio e ingresso em Universidades, a presença de pessoas negras, suas obras, seus feitos e modos de pensar é parte essencial para a construção de ambientes verdadeiramente plurais e acessíveis, de forma que não haja a diminuição de uma pessoa sob a outra por distinção de classe, raça ou gênero.

A Universidade costuma ser um local de troca de ideias e construção do ser a partir da expansão da consciência. Isso pode ser feito através das discussões, acesso a conteúdos interessantes que fomentam o olhar crítico e pela troca de conhecimento. Assim, para analisar os níveis de consumo da literatura negra nos ambientes universitários, uma pauta tão importante para zelar pela diversidade no conhecimento

⁹ Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso E Perfil Discente. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2022

¹⁰ Ingresso de Negros em Universidades aumenta 205% com Lei de Cotas. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/educacao/ingresso-de-negros-em-universidades-aumenta-205-com-lei-de-cotas/>>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.



e combate aos preconceitos, foi feita uma pesquisa quantitativa sobre o consumo de autores negros e negras em Universidades.

6 PESQUISA QUALITATIVA SOBRE O CONSUMO DE LITERATURA NEGRA POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Incentivar a educação trazendo novas narrativas à tona é fundamental para criar ambientes educacionais diversos e inclusivos, e um desses locais é a Universidade. Diante dos dados apresentados que refletem as desigualdades de acesso às pessoas negras no ensino superior, incentivar a leitura que trate sobre essas questões pode ser um dos meios de transmitir o conhecimento para pessoas não negras e aproximar as realidades.

Portanto, a seguinte pesquisa tem como objetivo medir e analisar como se dá o consumo da literatura negra nos ambientes universitários, levantando questões sobre a disponibilidade de obras referentes à literatura negra nas bibliotecas de universidades e a percepção de estudantes de graduação sobre a importância da literatura negra para a educação e antirracismo.

A pesquisa é constituída por 17 perguntas referentes à Universidade em que os entrevistados(as) frequentam, bem como sua estrutura, incentivo e disponibilidade de obras literárias sobre negritude nas bibliotecas. Ademais, foram incluídas perguntas com aspecto pessoal para compreender a jornada educacional de cada entrevistado(a) e o incentivo à leitura que receberam ao longo da vida.

A primeira pergunta realizada “Em qual Universidade você estuda?” teve como objetivo constatar o universo educacional frequentado por cada aluno(a), obtendo respondentes de universidades públicas e privadas de São Paulo e Goiás. Dentre as universidades públicas, as mais recorrentes foram a Universidade Federal de Goiás (UFG) com 16 respostas, seguido pela Universidade de São Paulo (USP) com 14 respostas. Outras universidades como UNIFESP, UNESP e Institutos Federais obtiveram 4 respostas no total. Já entre universidades privadas, foram obtidas 5 respostas de discentes da Universidade São Judas Tadeu, seguido por 2 discentes do Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade e 2 da Universidade Anhembi Morumbi. Demais universidades



privadas como Fundação Getúlio Vargas, UNIP, Unicid, Uninove, FMU, Mackenzie e Cruzeiro do Sul somam, juntas, 16 respostas.

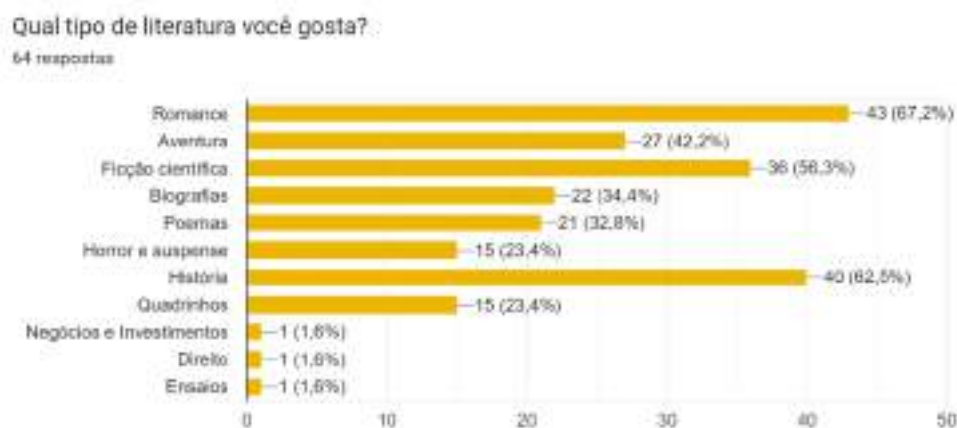
A segunda pergunta teve como intuito analisar os cursos de graduação dos entrevistados, obtendo respostas numerosas entre os cursos de Relações Públicas (17 graduandos), seguido pelo curso de Direito (7), Jornalismo (6), Psicologia (4), Administração (4), Economia (3), Relações Internacionais (2), Engenharia Civil (2) Publicidade e Propaganda (2). Demais cursos como Filosofia, Biblioteconomia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Recursos Humanos, Química Tecnológica, Fonoaudiologia, Ciências Contábeis, Serviço Social, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Sanitária, Comércio Exterior, Medicina e Marketing tiveram 1 resposta cada.

A terceira pergunta referiu-se à autodeclaração dos entrevistados segundo o IBGE, com intuito de refletir sobre as intersecções entre raça e os impactos na jornada educacional. Os resultados mostram que 29 dos entrevistados se autodeclararam brancos, 17 se autodeclararam negros, 15 pardos e 3 amarelos.

A pergunta seguinte sobre o ingresso nas Universidades por cotas pelos entrevistados mostrou que a maioria desses não ingressaram no ensino superior por cotas (53,1%), enquanto o ingresso por cotas de PPI ou escola pública somam 23,4% cada, compondo a outra parcela dos respondentes.

Referente ao tipo de literatura preferida pelos entrevistados, dados mostram que o tipo de literatura preferida é o romance, seguido por história, ficção científica e aventura.

Figura 1 – Preferência de literatura pelos estudantes



Fonte: Resultado da Pesquisa



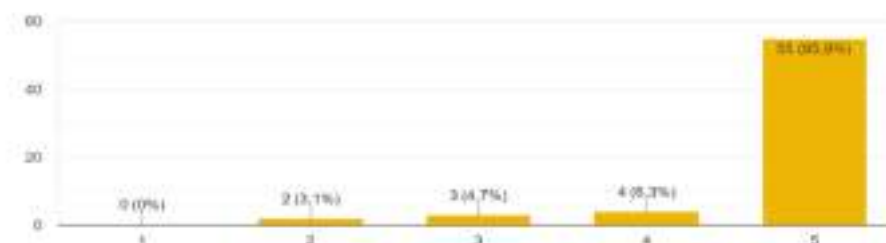
Sobre o incentivo à leitura por pais e pessoas próximas, 85,9% dos entrevistados afirmaram que receberam incentivo para leitura, enquanto 14,1% afirmam não ter recebido incentivo.

Já referente aos hábitos de leitura, 57,8% dos entrevistados afirmaram que leem mais de três livros por ano, 14,1% leem 3 livros, 15,6% afirmam ler 2, 7,8% leem um e 6,3% não leem nenhum livro por ano. Especificamente sobre a literatura negra, 75% afirmam que leem autores(as) negros(as).

Quando questionado sobre a visão dos entrevistados referente à importância da literatura negra, a maioria (85,9%) considera que a literatura negra no Brasil é importante. Entretanto, 14,1% dos entrevistados classificam a literatura negra no Brasil como razoavelmente importante – visto pelas notas 4, 3 e 2.

Figura 2 – Consideração sobre a importância da literatura negra no Brasil

Como você classifica a importância da literatura negra no Brasil? Considere 1 o número mínimo e 5 o máximo
64 respostas



Fonte: Resultado da Pesquisa

A pergunta seguinte visou analisar a estrutura das universidades frequentadas pelos entrevistados e a disponibilidade da biblioteca, no qual 98,4% afirmaram que a universidade possui biblioteca, enquanto 1,6% disseram não saber se há biblioteca na Universidade em que estuda.

Relacionado à frequência com que os alunos(as) entrevistados(as) utilizam a biblioteca, 46,9% afirmaram nunca utilizar a biblioteca. 29,7% utilizam mensalmente, 7,8% utilizam quinzenalmente, 20,3% utilizam semanalmente e apenas 1,6% afirmaram utilizar diariamente.

Em continuidade à utilização da biblioteca para o consumo de livros, especificamente, 60,9% afirmaram não utilizar a biblioteca para reservar livros. Isso demonstra que, mesmo tendo fontes de acesso às publicações e pesquisas nas bibliotecas das universidades, muitos alunos não utilizam o local – sobretudo para a



reserva de livros. É importante salientar que a biblioteca tem um papel valioso na construção da educação, sendo necessário disponibilizar amplamente os mais variados tipos de obras, pesquisas e literaturas para todos(as) – incluindo autores(as) negros(as).

Referente à ligação entre leitura e educação, foi perguntado aos entrevistados se acreditam que a leitura é importante para a qualidade da educação. Nesse sentido, 93,8% dos entrevistados concordam plenamente sobre a importância da leitura para a educação, enquanto 4,7% concordam e 1,6% concordam parcialmente sobre a importância da leitura no processo educacional.

Aprofundando a pesquisa em relação à literatura negra, questionou-se sobre a atuação de autores(as) negros(as) para a redução do racismo. 76,6% dos entrevistados concordam plenamente na contribuição desses autores para a redução do racismo, seguido por 15,6% que declaram concordar e 7,8% que concordam plenamente. Quando questionado sobre a eficiência de políticas de incentivo à literatura negra para a redução do racismo, os dados mostraram-se parecidos entre si – a maioria (73,4%) concorda com a contribuição de políticas de incentivo à literatura negra para a redução do racismo, enquanto 20,3% afirmaram que concordam e 6,3% concordam parcialmente.

A última questão teve como objetivo adentrar no mundo particular das opiniões dos entrevistados no desenvolvimento de ações de incentivo para o consumo de literatura negra entre crianças, jovens e adultos. Dentre as 64 respostas, as soluções mais recorrentes apresentadas pelos entrevistados para incentivar o consumo de literatura negra pautou-se na divulgação dos autores(as) e suas obras – sobretudo via redes sociais e publicidade. Foi citado também a necessidade de incentivo escolar e abordagem do tema em salas de aula; incentivo ao consumo de literatura negra desde o ensino básico, contribuindo para a formação do indivíduo desde o início do processo educacional; distribuição de livros e desenvolvimento de políticas públicas de incentivo.

Por fim, os entrevistados foram convidados a deixar uma consideração ou contribuição sobre o tema, somando 18 respostas que abordaram a importância do tema para discussão e pesquisa. Dentre as respostas, uma trouxe a questão da presença de alunos(as) negros(as) no ensino superior, afirmando que “tema muito interessante para ser discutido no meio acadêmico, pois ressalta a forma que, não só existem poucas pessoas negras inclusas no meio universitário, como existem poucos exemplos de pessoas negras que servem como consulta nesse meio”. Nesse sentido, a percepção



sobre a desigualdade de acesso às pessoas negras também está presente entre os próprios alunos(as) das universidades, sendo um ponto importante para fomentar a discussão sobre as possibilidades de um acesso mais igualitário à educação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi apresentado como uma forma de observar, analisar e refletir sobre o cenário educacional no Brasil e a importância da literatura negra no processo de construção identitária, reforçando a autoestima e representatividade entre pessoas negras, além de incentivar a discussão sobre as desigualdades constituintes do sistema educacional brasileiro.

As medidas a serem tomadas garantidas por lei e as políticas mundiais de incentivo à redução de desigualdades, como a agenda 2030 da ONU, demonstram a urgência em tratar o tema como um dos pilares para a construção de uma educação de qualidade, que seja capaz de incluir todas as pessoas e valorizar seus saberes, sem discriminação ou inferiorização de uns sobre outros.

Assim, segundo o foco do estudo sobre a educação como prática libertadora, especificamente no contexto de redução de desigualdades para garantia de acesso à educação para população negra, materializa-se como uma reflexão importante para problematizar o racismo estrutural e estruturante na sociedade e as diferentes possibilidades que são apresentadas para cada pessoa de acordo com as manobras de poder do sistema.

Diante das análises teóricas e pesquisa quantitativa aplicada para alunos(as) de graduação, foi possível conhecer o usuário das bibliotecas universitárias e refletir sobre a importância de considerar as diferentes trajetórias e ensinamentos de cada indivíduo dentro das instituições sociais que pertencem – a família, a escola, o grupo de amigos, entre outros. É necessário que observemos quais pessoas estão ocupando os lugares de privilégio e quais oportunidades fazem parte dos caminhos de cada um, considerando as interseccionalidades de raça, classe social e gênero.

Foi possível notar que ainda estamos longe de solucionar as desigualdades de acesso à educação para todas as camadas e grupos sociais, mas ter a educação como direito fundamental do cidadão brasileiro e reconhecer a importância da valorização das



diversas vozes que compõem a sociedade – de mulheres, pessoas negras, indígenas e diversos outros grupos sociais constantemente inferiorizados – é de extrema importância para construir e incentivar a educação como prática libertadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. Editora Jandaíra; 1ª edição, 2019.

DIAS, Maria Matilde Kronka. **Usos e Usuários da Informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FREIRE, Paulo. **Importância do Ato de Ler**. 23ª edição. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1921.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1987.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, Rio de Janeiro, 1984.

hooks, bell. **Ensinando Comunidade: uma Pedagogia da Esperança**. São Paulo, ed. Elefante, 2021.

PASSOS, Joana Célia dos Passos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. Tese " Juventude Negra na EJA: os desafios de uma política pública". 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG. Editora Letramento: Justificando, 2017.